

Uma idéia de Antigo Regime

MARCOS ANTÔNIO LOPES

Professor do Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Londrina

Como o termo ‘absolutismo’, que define um sistema político típico da Europa Moderna, a expressão ‘Antigo Regime’ também é fonte de complicações. É preciso lembrar que os dois conceitos não foram contemporâneos aos objetos que exprimem. Nesse sentido, são construções ideológicas elaboradas por alguns teóricos do Liberalismo e da Revolução Francesa. Ao que parece, o absolutismo surge nas obras de teóricos liberais do século XIX, sendo que, como afirmamos, Mirabeau foi o primeiro a falar num *Ancien Régime*. Dessa forma, este rótulo, que define a sociedade francesa da forma como se encontrava organizada no período anterior a 1789, é uma designação posterior ao fenômeno histórico que ilustra. Em verdade, *Ancien Régime* designa bem mais a ‘organização’ da mais perfeita desordem que exprime o verdadeiro cipoal de particularismos que caracterizou a França nos séculos XVI, XVII e XVIII. É curioso notar que, pela perspectiva da História Sagrada, como a concebeu um Bossuet, um Fénelon e outros escritores franceses do século XVII, a monarquia da época dos reis absolutistas parecia ser o melhor dos mundos já criados por Deus. A realeza sagrada, nascida na Idade Média com o batismo de Clóvis com um óleo santo trazido do céu por uma pomba — simbolizando o espírito santo —, foi o princípio dinâmico responsável pela criação de uma ordem perfeita. Até mesmo o cáustico Voltaire soube encontrar valores neste mundo arrebatado à barbárie feudal. Para ele, a época de Luís XIV havia sido o período mais glorioso da cultura ocidental. Em consonância com a vontade divina, os reis foram os arquitetos de um mundo novo arrancado do caos da Idade Média. Assim, pela perspectiva dos contemporâneos, as sociedades européias dos séculos XVI, XVII e XVIII poderiam ter sido uma “nova ordem” mas nunca um Antigo Regime.

Então, foi a partir da emergência de novas sociedades européias com valores diferentes e até opostos e inconciliáveis com as instituições e a cultura da França Moderna é que, com o devido distanciamento no tempo, se começou a falar em Absolutismo e em Antigo Regime. Estes conceitos, até a afirmação definitiva do liberalismo no século XIX, quase sempre foram usados com um conteúdo negativo, programático, para acentuar os defeitos do passado e exaltar as virtudes das sociedades burguesas. Alexis de Tocqueville destoou desta tendência predominante e deu ao termo *Ancien Regime* uma conceituação muito fora do padrão que se poderia esperar de um autor liberal do século XIX. Eric Hobsbawm, por exemplo, caracteriza-o como um “estranho e moderado liberal, que pertencia à velha aristocracia”.¹ Tocqueville abordou este período da história francesa com a empatia de quem possuía um sentido muito desenvolvido das diferenças sensíveis impostas pelo tempo histórico.² Para ele, o Antigo Regime executou a obra da modernidade francesa que, de forma muitas vezes equivocada, é identificada como obra única e exclusiva da Revolução.³

Tocqueville descendia de um antigo ramo aristocrático e em 1839 fôra eleito deputado, fazendo oposição ao governo Guizot. Nessa época, portou-se na Câmara com uma atitude independente e militou na oposição moderada à Monarquia Burguesa. Eleito para a Constituinte, votou com a direita ainda sem mostrar uma hostilidade absoluta à Segunda República. A posição de Tocqueville muda radicalmente a partir da candidatura de Luís Napoleão à presidência. Quando do golpe de Luís Napoleão, firmou uma demanda de acusação contra ele, pelo que foi encarcerado. Depois da Revolução de 1848 havia sido reeleito e, em junho de 1849, nomeado ministro das Relações Exteriores, cargo do qual se demitiu em outubro. Ao se opor ao golpe de Luís Napoleão, — daí para frente Napoleão III — viu-se na contingência de ter de se retirar da arena política em 1852. Seu *Antigo Regime* vem reafirmar sua fidelidade de liberal aos princípios de 1789. O momento político em que Tocqueville escreve o livro é o do regime de força bonapartista; escreve no ‘exílio’, o que torna mais compreensível a idéia de democracia que perpassa sua obra. Desde a época de *A Democracia na América* que Tocqueville se sentia atraído pela história da Revolução; ele soube dominar, relativamente, idéias que havia recebido de berço, do meio social do qual descendia, como também da magistratura, da qual fôra membro. Sua experiência política e suas viagens internacionais foram, talvez, os elementos que lhe propici-

aram — mais que a outros historiadores anteriores — formular teorias generalizantes sobre a natureza do processo histórico que resultou na Revolução Francesa. Apesar da serenidade habitual, ao estudar a oposição nobreza-monarquia, Tocqueville deixou subentendida certa tendência à classe a que pertencia e que ficou impossibilitada de realizar a tarefa a que era destinada: conduzir à democracia plena.⁴ A centralização conduzida pelos reis, que a Revolução e o Império acentuaram, levou ao “despotismo democrático”. A questão da necessidade da democracia afetava sensivelmente Tocqueville e indica o entrelaçamento deste com o outro grande tema de sua reflexão, a crise do Antigo Regime. Após sua “aposentadoria” política, ele retomará, em maior medida, o tema histórico, esboçado simplesmente em 1836 com o seu trabalho *O Estado da França antes e depois de 1789*.

Tocqueville cursou direito em Paris e depois de fazer uma viagem à Itália, foi nomeado, em 1827, juiz auditor no Tribunal de Versalhes, marco de sua entrada para o serviço público francês. Em 1830 prestou com relutância juramento de fidelidade à monarquia burguesa. Em 1831 partiu para os Estados Unidos com o objetivo de estudar as instituições penitenciárias daquele país e em seu regresso publicou *Do sistema penitenciário nos Estados Unidos e sua aplicação em França* (1832). Foi durante esta estadia que teve a oportunidade de estudar um sistema democrático em funcionamento e especular sobre a essência da própria democracia, suas vantagens e seus perigos. Ele interpretou o regime democrático como uma necessidade histórica, resultante inevitável da difusão do ideal de igualdade pelo mundo. Não deixou, contudo, de acentuar os elementos negativos da democracia.

Em 1835 Tocqueville publicou *A Democracia na América*, obra que alcançou um êxito enorme em sua época e, como afirma Jacques Godechot, continua sendo a principal contribuição de um europeu sobre o tema. Por esta obra, Tocqueville foi reconhecido por Dilthey como o maior ensaísta político, depois de Aristóteles e de Maquiavel. E também como o maior historiador do século XIX. Segundo afirma Barbu, para Dilthey ele “... era o maior historiador do século XIX e o indiscutível fundador da nova história, isto é, a história como ciência globalizadora”.⁵ O grande sucesso desse livro valeu a seu autor, dentre outros prêmios, o ingresso na Academia de Ciências Morais e Políticas, apenas um ano após seu lançamento. Sua entrada para a Academia Francesa deve-se também aos reflexos de *A Democracia na América*. Já em 1834 Tocqueville havia publicado *O estado social e político da França antes*

e depois de 1789, trabalho traduzido por Stuart Mill e reconhecido por François Furet como uma espécie de germe para *O Antigo Regime e a Revolução*. A primeira edição desse clássico da ciência política e da historiografia ocorreu em 1856, quando o autor já havia se retirado da cena política. Estava-se então em pleno curso do Segundo Império. Tocqueville, segundo alguns de seus intérpretes, morreu amargurado e quase esquecido em 1859. Sua morte prematura talvez o tenha impedido de terminar a grande obra que planejava, cujo plano geral havia delineado em 1836 em *O estado social e político da França* (...). Os volumes que deveriam seguir a este permaneceram como fragmentos e foram publicados após sua morte. *O Antigo Regime e a Revolução* se constituiu num clássico da historiografia por alguns méritos excepcionais. Tornou-se obra seminal porque, sob vários aspectos, indicou caminhos que foram trilhados apenas muito tempo depois. Esta grande obra representa a primeira parte de um projeto mais amplo. Alguns comentadores de Tocqueville, entre os quais François Furet, argumentam que a sua morte não parece ser uma explicação muito satisfatória para a interrupção de sua reflexão. A outra versão é a de que o autor ainda não conseguira dominar os problemas de uma teoria global da Revolução Francesa por ocasião de seu falecimento. Assim sendo, o problema não teria sido propriamente de tempo, mas de uma restrição teórica. Segundo os especialistas, os fragmentos póstumos parecem indicar claramente tal situação.

Em *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville privilegia como temas centrais de sua reflexão o processo global⁶ que desencadeou o declínio definitivo dos setores aristocráticos da sociedade francesa e o processo de consolidação do Estado monárquico francês, numa linha de rumo que conduziu a uma cada vez mais acentuada centralização e burocratização. Os temas da centralização administrativa e o anseio dos povos por democracia são os conceitos-chave, os problemas de fundo de todo o texto. A Revolução Francesa se afigura apenas como o coroamento, o desfecho de um processo muito longo que tem suas raízes fincadas na própria gênese da sociedade francesa do Antigo Regime. Como se refere François Furet, Tocqueville apresenta bem mais um 'Antigo Regime' do que uma 'Revolução', bem mais um 'antes de 1789' do que um 'após 1789'.⁷ De fato, o autor aborda a Revolução como o término de um lento processo, desenvolvendo a tese de que a irrupção de 1789 somente acelerou a centralização administrativa e a definição do ideário democrático, iniciados ao longo do Antigo Regime, pelo menos des-

de Luís XIV. Tocqueville não se preocupou em servir um 'Antigo Regime' e uma 'Revolução' como etapas singulares da história.

Desta forma, a historiografia revisionista da Revolução Francesa representada por Furet, por oposição à teoria marxista, se aproxima da reflexão tocquevilliana exatamente por se esforçar em compreender como a descontinuidade aparentemente radical de um fenômeno, se produz por meio de uma continuidade numa dimensão mais longa do tempo.⁸ Para revisionistas como Furet, a Revolução não sepultou o Antigo Regime, mas foi a responsável pela consolidação de uma mentalidade que havia feito um périplo inter-no longo, naquilo que se refere ao desenvolvimento das estruturas políticas francesas. Ao contrário dos Estados Unidos, em que a sociedade se originara sob o princípio da igualdade, na França foi preciso destruir a sociedade aristocrática e fundar o princípio da sociedade burguesa. Para marxistas como Eric Hobsbawm, os escritos do autor acerca da Revolução foram mal interpretados. Na concepção desse historiador, a Revolução não teria sido uma 'derrapagem histórica', um processo que saíra do leito natural da história, segundo a perspectiva expressa por Tocqueville. A Revolução também não teria sido expressão de uma continuidade das transformações ocorridas no período que lhe antecede. Para Hobsbawm, ela teria sido necessária: "... ninguém estava mais convencido que ele de que a Revolução marcara uma grande e irreversível ruptura com o passado".⁹

Segundo Jacques Godechot, Tocqueville não parece ter meditado muito sobre as obras publicadas por seus contemporâneos acerca da Revolução Francesa. Não cita explicitamente, seja para rebater ou para referendar, nenhum autor de seu tempo que havia refletido sobre o mesmo tema. *O Antigo Regime e a Revolução* caracteriza-se por um notável nível de pesquisa empírica, que lhe imprimiu seu autor, seja pela exploração cuidadosa de fontes históricas nos arquivos seja pela preocupação constante de recorrer à documentação primária em diversos centros de pesquisa. No prefácio de *L'Ancien Regime et la Révolution*, ele é muito cioso em detalhar a base empírica de seu trabalho e a importância dos documentos utilizados. Acerca dos 'cahiers', que utilizou para sondar o espírito dos franceses em 1789 Tocqueville afirma a sua tendência a querer esgotar todas as fontes disponíveis: "C'est un document unique dans l'histoire. Celui-là même ne m'a pas suffi".¹⁰ Tocqueville não se contentou em ler os documentos de ordem política. Ele examinou também as Contas das Seções e as Matrizes de Contribuição Territorial estabelecidos

por determinação da Constituinte de 1789. A pesquisa empírica em Tocqueville prende-se ao fato de que, para ele, a síntese histórica não era válida se não fosse precedida por uma erudição de qualidade, tendência continuada e ampliada pelos historiadores positivistas. Ele trabalhou anos a fio na Biblioteca Nacional, nos Arquivos dos Departamentos franceses, no British Museum, sendo dos primeiros pesquisadores a examinar na Public Record Office, de Londres, os relatórios enviados pelos agentes britânicos na França. Além disso, comparou os registros de terras do século XVIII e os dos séculos precedentes com os cadastros contemporâneos da Revolução.

Em sua concepção, a Revolução Francesa foi somente a explosão localizada, particularmente violenta, de idéias universais. Isto está exposto logo na introdução da obra. A Revolução é concebida como uma etapa no desenvolvimento das tendências democráticas, desenvolvidas ao longo do Antigo Regime, ao nível da sociedade civil, dos costumes, do governo e da ideologia. A continuidade da história da França apagou os vestígios de suas rupturas. De fato, Tocqueville dá ênfase ao peso das tradições, valoriza a força e a presença do passado, reduzindo o alcance da mudança brusca pela qual julgou-se ser a Revolução responsável. Segundo a análise de Barbu, "Tocqueville estabelece limites à criatividade do homem e, portanto, ao seu domínio sobre o processo histórico, pois a história nunca pode ser completamente desmantelada e erigida novamente a partir de fragmentos".¹¹ Em seguida, ele parte para uma descrição da sociedade civil francesa ao fim da antiga monarquia, para reiterar a sua idéia da centralização ocorrendo pela impotência da nobreza em concentrar poderes administrativos locais e de contrapor-se ao rei. Outra idéia fundamental situa-se no plano econômico: a da re-distribuição das riquezas em proveito do Terceiro Estado, que levará ao esfacelamento da nobreza. O fato de mostrar a promoção do Terceiro Estado realizando-se independentemente da nobreza, pode ser situado como um dos níveis superiores na hierarquia de idéias do autor. Ainda nesse nível Tocqueville aborda a divisão da classe dirigente e a entrada em cena do Terceiro Estado, com espírito revolucionário, demonstrando que só um regime democrático poderia tirar proveito de tais tensões e conflitos.

Para Tocqueville, a França do século XVIII já era "a nação verdadeiramente mais democrática da Europa". Em seu livro, uma idéia igualmente importante é a de que uma sociedade aristocrática tende sempre para a descentralização, para o governo local e, portanto, para uma forma de poder

exercido mais diretamente sobre a sociedade civil. Então, ela tenderá a ser menos democrática. Já uma sociedade democrática tende à centralização e, logo, para uma forma democrática de poder. O que ocorre de significativo entre os dois modelos é uma substituição da idéia de privilégio pela idéia do direito comum. O nível essencial, onde se situa a descrição de Tocqueville, não é nem a dimensão econômica, nem mesmo a sociedade em suas estruturas de classes. É antes “o estado de espírito dos franceses”, considerado o domínio onde se enfrentam por excelência as tendências democráticas e as tendências aristocráticas, os consentimentos e as resistências à centralização. A centralização governamental e administrativa, por seus vínculos com a questão da “necessidade democrática”, sempre ocupa o primeiro plano da reflexão toquevilliana. Como afirma o autor, a centralização acarretou o desenvolvimento de ‘costumes’ democráticos que se opõem às tradições aristocráticas que se reforçam e se exacerbam à medida que se contrapõem.¹² A formação do Estado democrático e centralizado, que é para Tocqueville o próprio sentido da Revolução, é também o sentido do Antigo Regime. No fundo, a Revolução não fez mais do que rebatizá-lo. Ela é a revolução apenas por acreditar tê-lo criado. Tocqueville chega ao ponto de designar a Revolução como “uma época transitória e bem pouco interessante”. Para o autor, foram as reformas administrativas de 1787 que liquidaram com o *Ancien Régime*. A Revolução só conseguiu matá-lo nos espíritos, porquanto ele persistira apenas nos espíritos. Para ele, o Antigo Regime é uma mentalidade, uma forma de sentir. Ao nível dos fundamentos socioeconômicos da França em fins do século XVIII ele já não existia mais. Tal proposição remete-nos a uma outra tese: a de que a França era um Estado próspero em todos os níveis materiais à época da Revolução, e que seria essa prosperidade o agente catalítico do ímpeto revolucionário, porque o jugo feudal se torna tanto mais insuportável onde passa a se revelar mais enfraquecido.

Alguns autores, Furet e Godechot particularmente, alertam para a incorreção dos juízos de Tocqueville naquilo que diz respeito às considerações de ordem econômica em seu livro. Segundo estes autores, Tocqueville não pesquisara devidamente as fontes desse teor, fato que levou a que suas amostragens não correspondessem ao universo real da documentação. O papel da ideologia pré-revolucionária também merece em sua obra uma posição de destaque por agir junto aos ‘espíritos’. É possível afirmar que a hierarquização das idéias na obra de Tocqueville se dá no interior de um

estudo em que o tempo longo da história é o leito principal por onde correm duas ordenações interpretativas, ou melhor, duas variantes explicativas do fenômeno revolucionário. Em primeiro lugar vêm as causas desestabilizantes mais antigas e gerais, sem dúvida as mais importantes. Em seguida, as causas particulares mais recentes. As primeiras, soterradas na espessura de vários séculos de história, desenvolvem seus efeitos desde um passado muito longínquo e preparam, sem que os contemporâneos percebam de forma consciente, as transformações e as novas condições sociais e políticas. As segundas, causas mais particulares, referem-se apenas ao século XVIII e, principalmente, às décadas imediatamente anteriores à Revolução. Estas explicam não a necessidade de transformação, inscrita no processo longo, mas a sua natureza. Nesse sentido, Tocqueville sugere a ambiência ou a direção ocidental da Revolução, da qual o aspecto francês foi somente um fato episódico e, sobretudo, indica a origem profunda e os pressupostos econômicos e sociais da Revolução. O autor refletiu sobre a luta secular da monarquia contra a aristocracia, outra das causas longínquas da Revolução, analisando por quais meios a monarquia se alia aos segmentos do Terceiro Estado, capitalizando o prestígio e a força necessários para impor-se e se fazer reconhecer como a fonte única e legítima do poder. Tocqueville refletiu igualmente acerca de como as idéias revolucionárias foram facilmente aceitas, não apenas na França, mas também em outras regiões onde as estruturas econômicas eram similares às bases da economia francesa. Para ele, a teoria iluminista em combate contra um regime que perdera a fé em sua doutrina — a do direito divino dos reis — irradiou-se na França e no mundo com os princípios revolucionários, enfraquecendo a antiga atmosfera psicológica de um *ethos* aristocrático. Em lugar da tradição, ainda muito ligada à ordem teológico-política medieval, entendeu-se que a sociedade se fundaria sobre a razão.

Segundo a análise de Godechot, Tocqueville pode ser situado numa vertente da historiografia da Revolução conhecida entre os especialistas como 'evolução econômica e social' ou 'a revolução vista por baixo'. Se é necessário dar crédito à tese de revisionistas como Furet, de que no plano econômico a explicação de Tocqueville é sempre vaga e em certa medida superficial, não se pode deixar de perceber, da mesma forma, que os elementos econômicos são fatores recorrentes na obra do historiador e cientista político francês. De acordo com Jacques Godechot, Tocqueville exprimiou idéias análogas

às do marxismo, na medida em que tentou mostrar que os acontecimentos históricos eram influenciados mais pela corrente lenta e profunda das bases econômicas e sociais — a dita infra-estrutura — do que pelas decisões, por mais retumbantes que fossem, dos grandes atores políticos. Na História de Tocqueville os movimentos mais significativos são consequência, antes que das maquinações políticas, da lenta transformação da estrutura econômica e social. De acordo com Georges Lefebvre, que o considerava como o primeiro dentre os historiadores da Revolução, “Tocqueville foi capaz de conduzir a síntese a um nível superior em que a desordem dos acontecimentos desaparece e os traços gerais dos acontecimentos se esclarecem plenamente”.¹³ Pelo tipo de uso que fez de sua documentação pode-se creditar a Tocqueville o título de pioneiro, por ter sido dos primeiros a penetrar nos meandros da burocracia francesa do século XVIII, para nela encontrar os aspectos que serviram de base à sua análise histórica e política.

Como um dos primeiros representantes de um gênero mais nobre de historiografia, a história como problema, Tocqueville representa um *tournant critique* que, a partir de 1856 substituiria, pela síntese explicativa, o estabelecimento dos fatos e sua simples e pura narrativa. Ele passa da exposição narrativa ao nível superior da avaliação e da grande síntese. Seu enquadramento histórico é a visão do processo global e, apesar de seus cortes — espacial e institucional — serem a França e o Antigo Regime, para ele a realidade francesa representa apenas a ponta do grande *iceberg* chamado Europa Ocidental. Em sua história não há explicações monocausais, mas um movimento que se dá pelo fluxo e refluxo de variados agentes históricos atuando ao longo de uma lenta conjugação de fatores. Entretanto, notamos um forte sentido teleológico em seu livro: todos os caminhos devem levar à democracia, necessidade histórica irremovível e irrefreável das sociedades. Tocqueville introduziu o rigor analítico que fez diferença nos estudos da Revolução Francesa. O mérito pela alteração no enfoque desse fenômeno histórico divisor de águas, que entrecorta a história ocidental num antes e num após 1789, pode lhe ser legitimamente conferido. De acordo com representantes comentadores de sua obra, a virtude do autor foi ter colocado em evidência a luta de classes na evolução histórica do Antigo Regime. E o próprio Tocqueville afirmou que poderiam opor, sem dúvida, os indivíduos, mas que ele falava das classes, pois só delas deve ocupar-se a história.¹⁴ Assim, seu livro assume a paternidade dos elementos econômicos e sociais nos estudos

da história da Revolução. Tocqueville renovou a historiografia da Revolução por sua compreensão das origens distantes e próximas que resultaram no evento. Foi ele o primeiro a dar consistência ao conceito de 'Antigo Regime' e ao de 'pré-revolução'. Também foi o primeiro a realizar obra de sociólogo, destacando a tenacidade de atavismos institucionais e psicológicos enquanto que, ao singularizar o período 1787/89, salientava uma conjuntura histórica até então ignorada. Isso lhe possibilitou associar a Revolução não mais à miséria dos franceses, como na interpretação clássica de Michelet, mas à prosperidade de um século pontuado por crises como, por exemplo, a do inverno de 1788/89. Na concepção do autor, esse acontecimento natural foi um grande acontecimento político.¹⁵

Segundo Alice Gerard, a obra de Tocqueville aparece como exemplo, como modelo de análise e de síntese, sendo que sua grande influência ultrapassa de longe os meios liberais. O vínculo de Tocqueville com a História não é formado pelo gosto do passado pelo passado, mas de sua sensibilidade em relação ao presente. Para esta historiadora, Tocqueville não pertencia ao grupo dos historiadores voltados para a estranheza do distanciamento no tempo ou para a poesia do passado ou a diversão da erudição.¹⁶ A sua preocupação com as questões do tempo presente, que afetaram o processo histórico da sociedade francesa no século XIX, fez com que ele se incluisse inteiramente em um outro tipo de curiosidade histórica na qual a reflexão sobre a atualidade serve de ponto de partida para uma pesquisa de filiação. Na interpretação de Alice Gerard, não existe em Tocqueville, como no caso de seu contemporâneo Michelet, essa paixão pelo passado, esse fanatismo lúgubre e sublime de visitante de cemitérios. O que Tocqueville procura ao longo de toda a sua existência e que proporcionará à sua vida intelectual tanta força de penetração e coerência, é o sentido de seu presente.¹⁷ Segundo a análise do filósofo político teuto-americano Leo Strauss, o historicismo da primeira metade do século XIX foi alvo de ataques violentos. A crítica que mereceu devia-se à constatação de que esta 'escola histórica' tinha se perdido na contemplação do passado. A visão de Tocqueville é de tipo inverso: concede grande importância ao estudo do passado como parte de um processo analítico que deve conduzir ao conhecimento do presente. O historicismo professado por Tocqueville não tem nada de contemplativo, como fora o de Michelet. O passado é focado numa perspectiva do futuro, ou seja, parte do presente do historiador e acaba nesta mesma dimensão. É, portanto, uma

visão pragmática, de direção e de orientação da vida política. Sob esta perspectiva, Furet também considera que Tocqueville foi estudar nos Estados Unidos não para aí encontrar a infância da Europa, mas para adivinhar seu futuro. A história da Europa é para ele nascida de sua experimentação do presente.¹⁸

A História de Tocqueville, ao contrário da História produzida pelos historiadores do romantismo de seu tempo, não visava remontar às origens para legitimar fins patrióticos. A finalidade profunda de suas pesquisas sempre foi a de explicar e prever o sentido da história contemporânea da França.¹⁹ Para ele, não valia qualquer tema, mas apenas um tema que encontrasse apelo na realidade e que, portanto, pudesse atrair leitores por sua atualidade. Em sua concepção, historiadores como Thiers já haviam dito tudo sobre o passado, e os leitores tendiam a ver como meros imitadores os escritores que se aventuravam nos mesmos temas e abordagens. Para Tocqueville, a História não era “uma ressurreição integral do passado” e ainda menos uma descrição ou um relato, mas uma matéria que devia ser organizada e explicada. Comparando seus trabalhos históricos, *O Estado da França antes e depois de 1789* e o *Antigo Regime e a Revolução*, 1836 e 1856 respectivamente, seus análises ressaltam que o salto de qualidade está menos representado pela documentação — certamente muito mais vasta e melhor selecionada no segundo trabalho — do que pelo sistema de interpretação, com o acréscimo de vinte anos de evolução de seu pensamento histórico e político. É essa talvez, atendendo-se ao próprio espírito de método do autor, a melhor via de exploração de uma História que reconhece a si mesma como inseparável de uma teoria explicativa.

Tocqueville não inventou os principais elementos conceituais de sua interpretação, mas os tomou de empréstimo a Guizot — apesar da antipatia mútua e da própria oposição de Tocqueville a seu governo. Apesar disso — o que não implica em nenhuma diminuição de sua obra — o historiador francês representa um dos dois grandes picos de criatividade na historiografia do século XIX. O outro foi Michelet. A propósito, Tocqueville se destacou de Michelet por ser exatamente o oposto dele. Em vez de buscar poesia no passado, ele o visitou com objetivos pragmáticos e presentistas. Antes de tudo, queria desvendar as origens da Revolução, a fim de compreender a sua ocorrência e melhor avaliar a sua herança.

A obra de Tocqueville é ao mesmo tempo a mais original e a mais significativa da mentalidade liberal. Na verdade, o autor representa o marco do primeiro auge da escola liberal, antes que a interpretação marxista dominasse o cenário historiográfico, nos estudos da Revolução Francesa. Desde 1836 sua concepção sobre a democracia o convencera de que se acentuaria para as nações da Europa a alternativa entre “liberdade democrática” e “tirania dos césores”. Os anglo-saxões, por exemplo, possuíam tradições de prática cívica e descentralização política que a França nunca tivera. Tocqueville iniciou seu *Antigo Regime* em 1851, preâmbulo de um estudo sobre o drama ainda sem desfecho que se chama revolução.²⁰ Drama esse que se inscreve na história da França: a liberdade e a igualdade travaram uma luta que chegou ao ápice em 1789. A igualdade tinha a seu favor todas as forças do passado. A monarquia centralizada, certamente levava ao nivelamento das condições. Nesse ponto, a Revolução nada mais fez do que conformar-se com o gênero unitário do Antigo Regime em vez de inovar, de ser uma ‘anarquia’ como repetem os conservadores, e isto desde Edmund Burke, que acompanhou atentamente os desdobramentos do processo revolucionário. Dialogando com as reações à Revolução, Tocqueville cita textualmente Edmund Burke: “Privada de seu antigo governo ou, mais exatamente, de qualquer governo, parecia que a França era mais um objeto de insulto e compaixão que o flagelo e o terror do gênero humano. Mas do túmulo desta monarquia assassinada saiu um ser informe, imenso, mais terrível que qualquer daqueles que já acobrunharam e subjugaram a imaginação dos homens”.²¹ Enquanto a avalanche da democracia — igualdade — é uma constante nacional, a liberdade é apenas variável, um valor transitório. Segundo Furet, quando os franceses se apaixonaram pela liberdade no fim do século XVIII, sua inexperiência fazia dessa matéria algo perigoso.²²

Tocqueville advertiu para a força irresistível do movimento democrático. Foi elogiado pelos historiadores socialistas por ter destacado a luta de classes como um dos fatores centrais da história. Ao analisar a experiência revolucionária sessenta anos após o desenrolar dos acontecimentos, chegou à paradoxal conclusão de que a ordem social subvertida por uma revolução é quase sempre melhor do que aquela que a precedia. Segundo ele, em termos gerais, o momento mais perigoso para um mau governo é aquele em que decide introduzir reformas.²³ Tocqueville viveu, em 1848, a explosão popular, acontecimento infausto que o perturbou, levando-o a reconsiderar os

limites de uma democratização que até um pouco antes descrevera como fato consumado para a França. Devido a 1848, principalmente, é que exprime simpatia aos homens de 1789 e pavor aos de 1793. Ele escreveu num momento em que as ambigüidades do liberalismo francês eram latentes, na segunda metade do século XIX. Compartilhou dos valores políticos dominantes e fundamentais de sua época. Ao escrever sobre o passado, procurava compreender a história de seu tempo.

Dito isto, poderíamos indagar de que forma *O Antigo Regime e a Revolução* se integra ao debate da historiografia contemporânea relativa ao tema Revolução de 1789. Ora, falar de Revolução Francesa hoje, e em particular da obra de Alexis de Tocqueville — após assentada a poeira das comemorações do segundo centenário, em 1989, que trouxe à tona paixões políticas de todos os matizes na França — implica dizer que *O Antigo Regime e a Revolução* está na base de quase tudo o que se discute até hoje sobre o tema. Sua obra representa uma das principais teorias interpretativas da Revolução. O revisionismo de François Furet, por exemplo, pode ser traduzido, em boa medida, como uma retomada das teses de Tocqueville. Na avaliação de J.P. Mayer, “Todas as histórias da Revolução, escritas antes ou depois de Tocqueville, são datadas, marcadas pelas épocas que as geraram. Mas a obra de Tocqueville sempre continuará viçosa e nova porque é um livro de sociologia histórica comparada. (...) *L’Ancien Regime* cabe sem dúvida nesta ordem de livros clássicos”.²⁴ É isto que faz desta obra um clássico. Tocqueville não é apenas o esteio de novas tendências de interpretação da Revolução Francesa, mas o representante de uma das mais fecundas interpretações acerca do fenômeno que normalmente se denomina, não sem aversão e desprezo, por Antigo Regime.

NOTAS

¹ HOBSBAWM, E. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 25.

² No início de seu livro ele define com qual espírito ele abordaria a civilização do Antigo Regime: “Là, comme je m’y attendais, j’ai trouvé l’ancien régime tout vivant, ses idées, ses passions, ses préjugés, ses pratiques. Chaque homme y parlait librement sa langue et y laissait pénétrer ses plus intimes pensées. J’ai achevé ainsi d’acquiescer sur l’ancien

société beaucoup de notions que les contemporains ne possédaient pas; car j'avais sous les yeux ce qui n'a jamais été livre à leurs regards. (...) J'ai entrepris de pénétrer jusqu'au coeur de cet ancien regime, si pres de nous par le nombres des anées, mais que la Révolution nous cache". TOCQUEVILLE, A. *L'Ancien Regime et la Révolution*. Paris: Gallimard, 1987. p. 43s. Afirmadas em seu tempo, estas palavras eram muito originais, e ainda hoje.

³ Ninguém mais do que Tocqueville realçou a força dos fatores de continuidade na história. Como ele se refere no prefácio de *L'Ancien Regime et la Révolution*, "Les Français ont fait em 1789 le plus grand effort auquel se soit jamais livré aucun peuple, afin de couper pour ainsi dire en deux leur destinée, et de séparer par um abîme ce qu'ils avaient été jusque-là de ce qu'ils voulaient être désormais". *Id. ib.*, p. 43.

⁴ Cf. RUDÉ, G. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988.

⁵ BARBU, Z. Apresentação. In: TOCQUEVILLE, A. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora UnB, 1982. p. 21. Acerca de uma apurada análise da concepção de história na obra de Tocqueville consulte-se o mesmo texto.

⁶ Quando se fala em processo global leva-se em consideração a tendência do autor em focar a Revolução Francesa como um evento de larga repercussão. Como afirma Tocqueville, "Ce qui avait d'abord semblé, aux princes de l'Europe et aux hommes d'État, un accident ordinaire de la vie des peuples, paraît un fait si nouveau, si contraire même à tout ce qui s'était passe auparavant dans le monde, et cependant si general, si monstrueux, si incompréhensible, qu'en l'apercevant l'esprit humain demeure comme éperdu". TOCQUEVILLE. 1987, *op. cit.*, p. 60.

⁷ Cf. FURET, F. "La Revolución en lo Imaginario Político Francés". *Revista de Occidente*. Barcelona: 1984.

⁸ Em referência a alguns importantes comentadores da obra de Tocqueville no século XIX, entre os quais Sainte-Beuve, Gustave Lanson e Petit de Julleville, J.P. Mayer passa em revista as diferentes interpretações acerca de seu pensamento. Citando Petit de Julleville, Mayer reassalta um dos muitos elementos de originalidade da interpretação tocquevilliana: "Au lieu de voir dans la Révolution um cyclone imprévu (héroique ou monstrueux), on y reconnu une resultante de causes nombreuses, éloignées, profondes". Mayer, J.P. Introduction. Matériel pour une histoire de l'influence de *L'ancien régime*. In: TOCQUEVILLE. 1987, *op. cit.*, p. 33.

⁹ HOBSBAWM, E. 1996, *op. cit.*, 45.

¹⁰ TOCQUEVILLE. 1987, *op. cit.*, p. 45s.

¹¹ BARBU, Z. In: TOCQUEVILLE. 1982, *op. cit.*, p. 24.

¹² Cf. TOCQUEVILLE. 1987, *op. cit.*

¹³ LEFEBVRE, G. *O surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 47.

¹⁴ Cf. TOCQUEVILLE. 1987, *op. cit.*

¹⁵ Cf. *Id. ib.*

¹⁶ Cf. GERARD, A. *A Revolução Francesa: mitos e interpretações*. São Paulo: Perspectiva, s/d.

¹⁷ Cf. *Id. ib.*

¹⁸ Cf. FURET, F. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹⁹ Isto fica por demais evidente em sua preocupação em definir o objeto de seu livro. Como ele confessou numa carta a um amigo: “Je me suis donc mis, tout en parcourant les montagnes de Sorrente, à chercher un sujet. Il me le fallait contemporain, et qui me fournit le moyen de mêler les faits aux idées, la philosophie de l’histoire à l’histoire même”. Citado em MAYER, J.P. In: TOCQUEVILLE. 1987, *op. cit.*, p. 13.

²⁰ Cf. FURET, F. 1989, *op. cit.*

²¹ Burke citado em TOCQUEVILLE, A. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora UnB, 1982. p. 52.

²² A força torrencial da liberdade foi descrita por Tocqueville nos seguintes termos: “La liberté seule, au contraire, peut combattre efficacement dans ces sortes de sociétés les vices qui leur sont naturels et les retenir sur la pente où elles glissent. (...) seule elle substitue de temps à autre à l’amour du bien-être des passions plus énergiques et plus hautes, fournit à l’ambition des objets plus grands que l’aquisição des richesses, et crée la lumière qui permet de voir et de juger les vices et les vertus des hommes”. TOCQUEVILLE. 1987, *op. cit.*, p. 52.

²³ Cf. *Id. ib.*

²⁴ MAYER, J.P. 1987, *op. cit.*, p. 19.

RESUMO: análise de alguns aspectos políticos e historiográficos da obra *O Antigo Regime e a Revolução*, de Alexis de Tocqueville. O artigo tem por objeto central expor a idéia da natureza civilizadora das transformações promovidas pelas instituições e pelos agentes políticos do chamado "Ancien Regime". Como desdobramento da análise, pretende-se demonstrar alguns dos efeitos paradoxais desse conceito, e a compreensão de Tocqueville a seu respeito.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político; História das Idéias; Absolutismo, Alexis de Tocqueville.

ABSTRACT: It is analysed some political and historiographical aspects on Alexis of Tocqueville work *L'Ancien Regime et la Révolution*. The main purpose is to expose the civilization nature of the transformations promoted by institutions and political agents during the *Ancien Regime*. Thus we intend to demonstrate some of the paradoxical effects of that concept and the Tocqueville's understanding about it.

KEY WORDS: Political Thought; History of Ideas; Absolutism, Alexis de Tocqueville.